



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 017/2022

PROCESSO Nº 0267/2022

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI

O Município de Itapissuma torna público através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 002/2022, a realização de licitação, na modalidade de Convite, do tipo **menor preço "global"** cujo objetivo encontra-se definido na cláusula 01 deste instrumento.

O presente convite rege-se de acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei 8.666 de 21/06/93, e suas alterações, bem como pelas normas e condições deste instrumento. Nos casos omissos, recorrer-se-á aos princípios gerais de Direito.

Esta licitação está reservada exclusivamente à participação de microempresa, empresa de pequeno porte e empresário individual de responsabilidade limitada, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, conforme redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

O recebimento e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas comerciais ocorrerão em sessão pública, a ser realizada em:

LOCAL: Prefeitura de Itapissuma
Prédio Sede – Sala de Reunião – Comissão de Licitação
Rua Manoel Lourenço, 16 - Centro - Itapissuma-PE

DATA: **27/10/2022**

HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: **09:00 hs.**

CLÁUSULA 01 – DO OBJETO

1.1 - Este procedimento licitatório visa: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA PARA SUBSIDIAR O PODER EXECUTIVO E A GERENCIA DE CONVENIOS E CONTRATOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSO, ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIO A SEREM FIRMADOS COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, INCLUSIVE CONTRATOS DE REPASSE**, conforme Anexo I e nas demais condições deste convite.

1.2 Integram a presente Carta Convite, como partes indissolúveis e inseparáveis, os anexos I e II.

CLÁUSULA 02 – ESCLARECIMENTOS SOBRE O CONVITE

2.1 - Os concorrentes poderão obter esclarecimentos sobre o conteúdo deste edital através do telefax (0xx81) 99466-0565, no horário de 08:00hs às 12:00 horas, ou nos seguintes endereços:

Rua Manoel Lourenço, 16 - Centro - Itapissuma-PE.
Prédio Sede da Prefeitura de Itapissuma – Departamento de Licitação.

CLÁUSULA 03 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 O representante legal da **licitante** deverá apresentar-se para efetuar seu credenciamento como participante deste **Convite**, munido da sua carteira de identidade ou de outra equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a reunião de abertura dos envelopes.

3.2 Considera-se como representante legal qualquer pessoa habilitada pela **licitante**, mediante **estatuto/contrato social**, ou outro instrumento público/particular de **procuração**, ou **documento equivalente**.

3.2.1 Entende-se por documento credencial:



- a) **Estatuto/contrato social**, quando a pessoa credenciada for sócia, proprietária, dirigente ou assemelhada da empresa **licitante**, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidora;
- b) **Procuração ou documento equivalente** da **licitante** com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste convite.

3.2.2 Cada credenciado poderá representar apenas uma **licitante**.

3.3 A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

I. Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Comprovante da opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/Pessoajuridica/simples/simples.htm>;
- b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da LC 123/06.

II. Empresas **não** optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recebido de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações;
- e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

3.4 Os documentos relacionados no subitem 3.3, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº. 103, publicado no DO dia 22/05/2007.

CLÁUSULA 04 – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

4.1 Os documentos de habilitação e a proposta devem ser apresentados em volumes com páginas numeradas e rubricadas, sem emendas, rasuras ou sobrescritos, devendo as propostas ser apresentadas datadas e assinadas nas respectivas páginas finais. Caso haja qualquer emenda, rasura ou sobrescrito, este fato deve ser declarado e assinado pelo representante legal do concorrente.

4.2 Os documentos e as propostas deverão ser colocados em envelopes separados e lacrados entregues à Comissão Permanente de Licitação no mesmo dia, hora e local referidos no preâmbulo deste edital, os quais devem ser identificados da seguinte forma:

- a) “Envelope 01: Documentos de Habilitação”;
- b) “Envelope 02: Proposta de Preços”.

4.3 Nos envelopes deverão ser escritos:



ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA
 Processo Licitatório nº 009/2022- Convite nº 001/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA PARA SUBSIDIAR O PODER EXECUTIVO E A GERENCIA DE CONVENIOS E CONTRATOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSO, ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIO A SEREM FIRMADOS COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, INCLUSIVE CONTRATOS DE REPASSE.

(Razão social da empresa licitante)

4.4 Serão admitidos os documentos de habilitação e as propostas encaminhadas por via postal, que sejam entregues ao Município de Itapissuma no prazo mencionado no preâmbulo. O Município de Itapissuma não será responsável pelo extravio ou abertura antecipada dos envelopes de documentos de habilitação e de proposta, salvo os Identificados na forma mencionada na cláusula 4.3 e entregues em sua área de protocolo.

4.5 Podem participar desta licitação:

- a) Poderão participar desta licitação quaisquer licitantes que detenham atividade pertinente e compatível com seu objeto e as microempresa, empresa de pequeno porte e empresário individual de responsabilidade limitada, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006
- b) Atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidas neste edital;
- c) Comprovem possuir os documentos de habilitação exigidos neste Edital.

4.6 Não poderão participar desta licitação:

- a) Servidor ou dirigente do Município de Itapissuma;
- b) Consórcios de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição
- c) Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- d) Pessoas enquadradas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;
- e) Pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos em função da incompatibilidade do objeto.

CLÁUSULA 05 – ENVELOPE 01: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Para habilitação é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

5.1.1 **Habilitação Jurídica:**

- a) Registro Comercial, no caso de Empresa Individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Comerciais, com prova da Diretoria em exercício e, no caso das Sociedades por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

5.1.2 **Regularidade Fiscal:**

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ), do Ministério da Fazenda - MF;
- b) Certidão Negativa de Débitos (ou Prova de Regularidade), expedida pela Fazenda Federal (Certidão Negativa de Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Administrados pela Secretaria da Receita Federal), Estadual e Municipal do domicílio ou da sede da Licitante;
- c) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia por



Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

- d) Prova de regularidade relativa à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT)

- 5.1.2.1 Os documentos mencionados na cláusula 5.1.2 alíneas, “b” e “c” poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia visto que os mesmos terão sua veracidade confirmada na internet.
- 5.1.2.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 5.1.2.3 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 5.1.2.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.1.2.3 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.2 Declaração formal e expressa, declarando que:

- a) Inexistência de qualquer fato impeditivo à sua participação nesta licitação;
- b) Não existir em seus quadros, servidor ou dirigente da contratante;
- c) Expressa aceitação de todas as condições e exigências constantes do presente Edital e que se submete, sem restrições, às disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas atualizações;
- d) Que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo se já tiver 14 (quatorze) anos e na condição de aprendiz.

5.3 O licitante que enviar representante que não seja seu representante legal deverá o apresentar procuração pública ou particular com firma reconhecida para acompanhar o procedimento licitatório, observando o seguinte:

- a) A procuração deverá ser entregue à CPL, separadamente dos envelopes, acompanhada de documento que o identifique. A procuração deverá conter amplos poderes, inclusive para desistir de eventuais recursos;
- b) A procuração será retida pela CPL.

5.4 Os licitantes que não atenderem às exigências legais previstas nesta cláusula serão considerados inabilitados, ficando excluídos das fases subsequentes, conforme preceitua o 4º do art. 41 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações

CLÁUSULA 06 – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

6.1 O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado por igual período, na hipótese do Art.57, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante a celebração de termo aditivo e respeitando-se a programação orçamentária, atendendo ao disposto na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CLÁUSULA 07 – ENVELOPE Nº 02: PROPOSTA DE PREÇOS

7.1 A Proposta deverá ser apresentada em **duas vias em papel timbrado** e conter os seguintes dados abaixo.

- a) Detalhamento do valor da proposta e das características do produto, inclusive marca fabricante e prazo de validade que deverá conter no mínimo a seguinte informação:



- I. Preço unitário e total de cada item, em algarismos;
 - II. Preço total ofertado, em algarismos e por extenso.
- b) Período de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega da mesma;
 - c) Declaração de que os preços cotados são fixos, estando neles incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como quaisquer outras despesas para realização do fornecimento, inclusive, frete, embalagem taxas e tributos de qualquer natureza;
 - d) Razão social, endereço completo, telefone e fax do concorrente, CNPJ, agência e nº da conta bancária, nome, cargo, cédula de identidade e CPF do representante do concorrente.
 - e) Não serão tomadas em consideração propostas que ofereçam quaisquer vantagens não previstas neste convite, nem aquelas que ofereçam vantagens ou redução sobre a de menor preço.
 - f) Quando julgar necessário, a CPL solicitará parecer técnico sobre as propostas apresentadas.
 - g) Não serão aceitas propostas com opções.
 - h) A proposta cuja inexequibilidade for manifesta ou que apresentar preços excessivos será desclassificada por decisão motivada da comissão de licitação.

CLÁUSULA 08 – DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

8.1 Na data, local e hora especificados no preâmbulo, a CPL procederá ao recebimento, abertura e julgamento dos documentos e propostas observando os seguintes passos:

- a) Abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos concorrentes e sua apreciação;
- b) Devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados e que tenham renunciado ao recurso, contendo as respectivas propostas devidamente lacradas;
- c) Abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados;
- d) Verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do convite e com os preços correntes no mercado, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;
- e) Avaliação e classificação das propostas comerciais de acordo com o critério estabelecido na **Cláusula 09**.

8.2 A Comissão poderá solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que julgar necessários a correta avaliação da documentação apresentada, bem como realizar diligências necessárias à comprovação das informações fornecidas. Os esclarecimentos serão solicitados e prestados por escrito, e nenhuma complementação ou modificação do conteúdo da proposta ou dos preços cotados será solicitada ou permitida, ressalvada a correção de que trata a **Cláusula 8.4**.

8.3 Serão considerados habilitados os concorrentes que apresentarem a documentação solicitada na cláusula 04 de forma completa, atualizada e válida na forma da Lei.

8.4 Erros aritméticos serão corrigidos da seguinte forma:

- a) Se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total, o preço unitário prevalecerá e o preço total será corrigido;
- b) Se houver discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, prevalecerá a importância expressa por extenso;
- c) Se houver discrepância entre o valor total da proposta e o somatório dos itens cotados, prevalecerá o valor referente ao somatório do valor total de cada um deles apresentado.

8.5 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atenderem ao disposto na **Cláusula 07**;
- b) Tiverem seus erros aritméticos corrigidos na forma da **Cláusula 8.4** e seus proponentes recusarem-se a aceitar a correção;
- c) Estejam seriamente desbalanceadas, assim consideradas aquelas que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade mediante a apresentação de detalhamento dos preços ofertados, comprovando que os custos dos insumos considerados são coerentes com os do mercado.

8.6 A Comissão comunicará aos concorrentes o local, data e hora para realização dos procedimentos



referidos no subitem 8.1 que não puderem ser realizados na data constante do preâmbulo.

- 8.7** As propostas depois de apresentadas não poderão sofrer acréscimos ou retificações, salvo as retificações realizadas pela CPL da forma prevista pelo **subitem 8.4**.
- 8.8** Da reunião para abertura das propostas lavrar-se-á ata circunstanciada, onde deverá constar todas e quaisquer ocorrências, ficando sem efeito as declarações feitas após lavratura da mesma, devendo estar assinada por todos os membros da CPL e todos licitantes presentes.
- 8.9** Não serão tomadas em consideração propostas que ofereçam quaisquer vantagens não previstas neste convite nem aquelas que ofereça, vantagem ou redução sobre o menor preço.
- 8.10** Não serão tomadas em consideração propostas que ofereçam quaisquer vantagens não previstas neste convite, nem aquelas que ofereçam vantagens ou redução sobre a de menor preço.

CLÁUSULA 09 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 9.1** Será considerada vencedora a proposta que, satisfazendo a todas as exigências contidas neste edital, apresentar o **menor preço “global”** conforme o disposto no art. 45, §1º, inciso I da Lei 8.666/93.
- 9.2** A classificação final consistirá numa lista de concorrentes cujas propostas atenderam às exigências do Convite, ordenada pelo valor crescente dos preços propostos, sendo o concorrente que ofertar o **menor preço “global”** o escolhido para fornecimento do produto objeto deste certame licitatório.
- 9.3** Será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

9.3.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10%(dez por cento) superior ao melhor preço.

9.4 No caso de empate nos termos da Lei Complementar **123/06 proceder-se-á** da seguinte forma:

- a) A **Microempresa ou e Empresa de Pequeno Porte** mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) Não ocorrendo à contratação da **Microempresa ou e Empresa de Pequeno Porte**, na forma do subitem **9.3** deste convite, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 9.3 deste convite, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** que se encontrem no intervalo estabelecido no item **9.3.1** deste convite, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- d) Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nas alíneas “a” e “b” deste subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- e) A **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da solicitação por parte da comissão de licitação, sob pena de preclusão.

CLÁUSULA 10 – DA ADJUDICAÇÃO E PUBLICAÇÃO

- 10.1** A autoridade competente homologará o resultado da presente licitação e promoverá a adjudicação ao concorrente vencedor.
- 10.2** A Administração do Município de Itapissuma comunicará o resultado deste procedimento licitatório diretamente aos concorrentes e o afixará no seu quadro de avisos de licitação.

CLÁUSULA 11 – DO FORNECIMENTO DOS OBJETOS DESTA LICITAÇÃO

- 11.1** O objeto desta licitação deverá ser entregue no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após o recebimento da nota de empenho, no endereço indicado pela Secretaria solicitante, em dia e horário de expediente, conforme quantitativo solicitado.
- 11.2** O objeto desta licitação deverão apresentar as características informadas pelo concorrente na descrição feita nos termos do **subitem 7.1**, alínea “a”, desde que compatíveis com as especificações constantes do Anexo I. O concorrente obriga-se a substituir, sem ônus para o ÓRGÃO LICITANTE, os produtos entregues avariados ou fora da validade.
- 11.3** Dentro de **03 (três) dias úteis**, contados da data de recebimento provisório dos produtos, a

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA

CNPJ: 08.637.399/0001-28

RUA MANOEL LOURENÇO, 16 – CENTRO – ITAPISSUMA/PE – CEP 53.700-000

FONE: 81 3548-1647 / 81 3548-1156



fiscalização designada pela Secretaria solicitante atestará a aceitação dos bens recebidos e emitirá o recibo definitivo ou solicitará a substituição dos mesmos.

CLÁUSULA 12 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS OBJETOS DESTA LICITAÇÃO

- 12.1 O objeto desta licitação serão recebidos e aceitos da seguinte forma:
- a) Provisoriamente em **03 (três) dias úteis**, pela secretaria solicitante, para efeito de posterior verificação de conformidade dos produtos com as especificações;
 - b) Definitivamente em **03 (três) dias úteis**, após a verificação das especificações e da quantidade dos produtos e sua conseqüente aceitação pela unidade solicitante.

CLÁUSULA 13 – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DOS OBJETOS DESTA LICITAÇÃO

- 13.1 O fornecimento será fiscalizado por responsável designado pela Secretaria solicitante, que anotarà em livro próprio os acontecimentos considerados relevantes, bem como as providências tomadas para sanar as falhas identificadas ou ainda, a recusa do licitante vencedor em saná-las no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

CLÁUSULA 14 – DO LOCAL DE ENTREGA DOS OBJETOS DESTA LICITAÇÃO

- 14.1 A entrega deverá ser realizada no endereço indicado pela Controladoria de segunda à sexta, nos horário de 07:00 as 13:00.

CLÁUSULA 15 – DA ATESTAÇÃO

- 15.1 A atestação da fatura referente ao fornecimento dos objetos desta licitação caberá a um servidor designado pela Controladoria Geral, devendo constar a data, matrícula e assinatura do servidor.

CLÁUSULA 16 – DO TERMO DE CONTRATO

- 16.1 Sem prejuízo do disposto no **Capítulo III a IV da Lei 8.666/93**, o contrato referente ao objeto deste certame será formalizado e conterà, necessariamente, as condições já especificadas neste convite.
- 16.2 Quaisquer condições apresentadas pela **licitante vencedora** em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao **Contrato** a ser assinado.

CLÁUSULA 17 – DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATADO

- 17.1 Será firmado contrato entre o **ÓRGÃO LICITANTE** e o concorrente vencedor, na minuta constante do Anexo II e no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do empenho.
- 17.2 O concorrente vencedor deverá assinar o contrato dentro de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação do **ÓRGÃO LICITANTE**, sob pena de convocação, para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, o(s) concorrente(s) que o(s) seguirem na ordem classificatória.
- 17.3 O prazo de que trata subitem 17.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo **ÓRGÃO LICITANTE**.
- 17.4 Poderão ser efetuados a critério do **ÓRGÃO LICITANTE**, acréscimos ou supressões na aquisição de bens decorrentes até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do certame, mantendo-se as demais disposições contratuais.
- 17.5 É facultado à Comissão, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e nas condições estabelecidos, chamar as **licitantes** remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo, examinada, quanto ao serviço e valor ofertado, a aceitabilidade da proposta classificada, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este **Convite**, independentemente da cominação prevista no **artigo 81 da Lei 8.666/93**, observado o seguinte:

- a) A recusa injustificada da **licitante vencedora** em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA**, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA

CNPJ: 08.637.399/0001-28

RUA MANOEL LOURENÇO, 16 – CENTRO – ITAPISSUMA/PE – CEP 53.700-000

FONE: 81 3548-1647 / 81 3548-1156



as penalidades legalmente estabelecidas.

CLÁUSULA 18 - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1 A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do **artigo 54 da Lei 8.666/93**, combinado com o **inciso XII, do artigo 55**, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 19 - DOS ENCARGOS DO MUNICÍPIO DO ITAPISSUMA E DA LICITANTE VENCEDORA

19.1 Caberá ao **MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA**:

- a) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela **licitante vencedora**;
- b) Impedir que terceiros executem o fornecimento do objeto exigido pelo presente Convite;
- c) Supervisionar o fornecimento dos objetos desta licitação por intermédio da Secretaria requisitante;
- d) Exigir o fornecimento dos objetos desta licitação de acordo com as especificações constantes no Anexo I;
- e) Efetuar o pagamento de acordo com o quantitativo fornecido e aceito pela Secretaria requisitante e em conformidade com o cronograma da Secretaria de Finanças, mediante atesto na nota fiscal.
- f) Propiciar acesso e condições para que a empresa possa prestar os serviços discriminados neste Termo de Referência, inclusive a obtenção de dados e informações de períodos anteriores;
- g) Realizar o pagamento dos serviços efetivamente prestados, em parcelas mensais, após regular liquidação, na data do vencimento;
- h) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação da execução dos serviços;
- i) Colocar a disposição da Contratada toda a documentação necessária para a perfeita execução dos serviços solicitados.
- j) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento.
- k) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de um Servidor ou Comissão especialmente designada.

19.2 Caberá à **licitante vencedora**:

- a) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, como salários, seguros de acidentes, indenizações, taxas, impostos, contribuições, vales-refeição, vales-transporte e outras que, porventura, venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- b) Responder pelos danos causados diretamente ao Município de Itapissuma ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega, ao objeto deste Convite, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município de Itapissuma;
- c) Fornecer O objeto desta licitação de boa qualidade, boas características, atendendo a legislação legal aplicável ao objeto licitado;
- d) Arcar com despesa decorrente de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega do objeto deste **Convite**;
- e) Comunicar ao **Município de Itapissuma**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste **Convite**;
- g) Comunicar à administração do **Município de Itapissuma**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- h) Fornecer O objeto desta licitação de acordo com as especificações consagradas no Anexo I deste Convite.
- i) Designar profissionais devidamente qualificados para prestar os serviços objeto do contrato.
- j) Assegurar visita semanal, da equipe técnica da empresa ao Município, para prestar os



serviços ou comparecer sempre que solicitado, manter acompanhamento remoto e ficar à disposição permanente para orientar e responder consultas;

- k) Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Prefeitura para a execução das visitas;
- l) Executar os serviços dentro dos prazos ajustados, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- m) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- n) Conduzir os trabalhos de acordo com as boas normas técnicas, em correta observância à legislação federal, estadual e municipal, vigentes ou futuras, e a quaisquer ordens ou determinações do poder público.
- o) Executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, observando os prazos acordados.
- p) Manter o município informado a respeito do objeto contratado, elaborando relatórios ou específicos, estes quando solicitados expressa e extraordinariamente pela contratante, com informações atualizadas sobre todas as demandas e sob o seu patrocínio, entregando-os, mediante contra recibo, ao administrador/gestor do contrato;
- q) Não se pronunciar a imprensa em geral, acerca de quaisquer assuntos relativos às atividades a se demandadas e da sua atividade profissional contratada, bem como quanto aos processos em que for a contratante interessada, exceto quando formalmente autorizado;
- r) Fornecer o serviço, rigorosamente de conformidade com todas as condições e prazos estipulados neste Termo de Referência;
- s) Assumir todas as despesas relativas à pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletiva, tributos, seguros, taxas e serviços, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante;
- t) Manter-se em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal e com a previdência social.

CLÁUSULA 20 - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS.

20.1 À licitante vencedora caberá, ainda:

- a) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **Município de Itapissuma**;
- b) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do produto, ainda que acontecido em alguma dependência do **Município de Itapissuma**;
- c) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do produto;
- d) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste **Convite**.

20.2 A inadimplência da **licitante**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **Município de Itapissuma**, nem poderá onerar o objeto deste **Convite**, razão pela qual a **licitante vencedora** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **Município de Itapissuma**.

CLÁUSULA 21 - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

21.1 Deverá a **licitante vencedora** observar, também, o seguinte:

- a) É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do **Município de Itapissuma** durante a vigência do contrato;



- b) É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste **Convite**, salvo se houver prévia autorização do **Município de Itapissuma**;
- c) É vedada a subcontratação de outra empresa para realizar o fornecimento do objeto deste **Convite**.

CLÁUSULA 22- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 22.1** Entregue, e aceite definitivamente o objeto desta licitação pela Secretaria requisitante, a **licitante vencedora** apresentará Nota Fiscal do fornecimento para liquidação e pagamento da despesa pelo **Município de Itapissuma**, em conformidade com o cronograma de pagamento da Secretaria de Finanças do Itapissuma, mediante atesto na nota fiscal.
- 22.2** O **Município de Itapissuma** reserva-se no direito de recusar o pagamento se, no decorrer do ato da atestação, o objeto fornecido não estiver em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações apresentadas no Anexo I.
- 22.3** O **Município de Itapissuma** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **licitante vencedora**, nos termos deste **convite**.
- 22.4** Nenhum pagamento será efetuado à **licitante vencedora** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de atualização monetária por atraso de pagamento.

CLÁUSULA 23 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 23.1** Os recursos financeiros previstos para o fornecimento do objeto presente no convite são oriundos da seguinte dotação orçamentária:

CONTROLADORIA GERAL

Orgão: 35000 – Secretaria Especial de Controle Interno
 0412435012104 – Assessoramento, Supervisão e Cood. Das Ações de Controle
Natureza de despesa: 339035 – Serviços de Consultoria. Cod . 898
Fonte: 500.000

CLÁUSULA 24 – DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

- 24.1** É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, o ato convocatório por irregularidade na aplicação da Lei de Licitação, devendo protocolar até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, conforme redação do art.41, §1º, da Lei 8.666/93.
- 24.2** É assegurado o direito de impugnar os termos do certame o licitante que o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas, nos termos do §2º, do artigo 41, da Lei nº 8.666/93.
- 24.3** A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 24.4** Os recursos contra as decisões da Comissão de Licitação estão estabelecidos no artigo 109, da Lei 8.666/93.
- 24.5** Será franqueada aos interessados vista aos autos do processo.
- 24.6** Os recursos e as impugnações deverão ser entregues à Comissão de Licitação, sob protocolo, no endereço: Prédio Sede da Prefeitura de Itapissuma, Departamento de Licitação – Rua Manoel Lourenço, s/nº - Centro – Itapissuma /PE.

CLÁUSULA 25 – DAS PENALIDADES

- 25.1** Poder-se-á descontar dos pagamentos, porventura devidos à licitante vencedora, as importâncias alusivas a multas.
- 25.2** Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas quanto à realização do fornecimento dos objetos desta licitação licitado, poderão ser aplicados ao concorrente, alternativa ou cumulativamente, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa pelo valor de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da



comunicação oficial em caso de atraso injustificado na execução do fornecimento. Uma vez atingido este valor máximo, o Município de Itapissuma poderá decidir pelo cancelamento do mesmo;

- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25.3 O objeto desta licitação fornecida em desacordo com as especificações técnicas e proposta apresentada pelo licitante serão considerados, para efeito de multa, como não executados.

25.4 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita no que couber às demais penalidades da lei

25.5 Fica facultado a defesa prévia da Licitante em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 2 (dois) dias corridos, contados da intimidação do ato.

CLAUSULA 26 – DA RESCISÃO

26.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

26.1.1 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

26.2 A rescisão deste contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da administração do **Município de Itapissuma** nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a **licitante** com a antecedência mínima de **30 (trinta) dias**;
- b) amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a administração do **Município de Itapissuma**;
- c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

26.3 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Observação:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA 27 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 Integram a presente Carta Convite, independente de transcrição, os seguintes Anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência
- b) Anexo II - Especificações técnicas
- c) Anexo III - planilha especificações
- d) Anexo IV – Modelo de Propostas
- e) Anexo V– Minuta de contrato
- f) Anexo VI– Modelo protocolo de entrega dos envelopes

O Foro da Comarca do Município de Itapissuma será competente para dirimir as questões oriundas deste procedimento licitatório, renunciando as partes a qualquer outro, ainda que privilegiado.

27.2 Este procedimento licitatório decorre da solicitação da Controladoria Geral, conforme consta neste Processo Licitatório.

27.3 Os casos omissos nesta Carta Convite serão resolvidos pela **Comissão Permanente de Licitação - CPL** de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Itapissuma -PE, 23 de Setembro de 2022



ANDRÉA CRISTINA XAVIER ANDRÉ
PRESIDENTE DA CPL.

MEMBRO

MEMBRO



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 001/2022 PROCESSO 009/2022

ANEXO – I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ACESSORIA TÉCNICA PARA SUBSIDIAR O PODER EXECUTIVO E A GERENCIA DE CONVENIOS E CONTRATOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSO, ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIO A SEREM FIRMADOS COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, INCLUSIVE CONTRATOS DE REPASSE.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE ACESSORIA E CONSULTORIA EM PROJETOS, VISANDO A CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS.

1- DO OBJETIVO:

Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria para subsidiar o Poder Executivo na captação de recursos, acompanhamento de convênios firmados com os Governos Federal e Estadual e Prestação de Contas de Convênio, conforme especificações do Termo de Referência.

Os serviços contratados deverão ser prestados à Controladoria Interna / Gerência de Convênios.

2- DA JUSTIFICATIVA:

A contratação de uma assessoria técnica especializada tem como finalidade atender ao contido na Legislação Federal e Estadual na execução de programas e projetos que envolvam a transferência de recursos financeiros do Orçamento Geral da União e do Estado de Pernambuco para o Município de Itapissuma através da formalização de convênios, termos de compromissos, termos de ajuste, termos de adesão, instrumentos similares e programas de ação continuada, bem como, quando na elaboração e encaminhamento da prestação de contas dos recursos que forem repassados por quaisquer dos instrumentos acima mencionados para o Município.

3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS:

- Inclusão e acompanhamento de todas as propostas de interesse do Município de Itapissuma junto ao Portal de Convênios do Governo Federal - Plataforma Mais Brasil, visando à transferência de recursos da União através da formalização de convênios, contratos de repasses, termo de compromisso e instrumentos similares objetivando o repasse de recursos financeiros;
- Inclusão no Portal de Convênios do Governo Federal - Plataforma Mais Brasil, das informações referentes aos procedimentos licitatórios realizados, decorrentes da contratação que sejam executadas com recursos de convênios, contratos de repasses, termos de compromisso e instrumentos similares;
- Inclusão no Portal de Convênios do Governo Federal das informações referentes aos pagamentos efetuados com recursos oriundos de convênios, contratos de repasses, termos de compromisso e instrumentos similares;
- Inclusão no Portal de Convênios do Governo Federal da documentação e das informações necessárias à análise e aprovação das prestações de contas dos recursos oriundos de convênios, contratos de repasses, termo de compromissos e instrumentos similares;
- Elaborar e acompanhar junto aos Órgãos e Entidades que compõem a Administração Pública Estadual todos os projetos (Planos de Trabalhos) visando a transferência de recursos financeiros, mediante a celebração de convênios, termos de ajuste, termos de responsabilidade, etc.;
- Inclusão no Portal / Sistemas de Convênios do Governo do Estado de Pernambuco das informações referentes aos procedimentos licitatórios realizados decorrentes da contratação que sejam executadas com recursos de convênios, termos de ajustes, termos de responsabilidade, etc.;



- Inclusão no Portal de Convênios do Governo do Estado de Pernambuco das informações referentes aos pagamentos efetuados com recursos de convênios, termos de ajustes, termos de responsabilidade, etc.;
- Inclusão no Portal de Convênios do Governo do Estado de Pernambuco da documentação e das informações necessárias à análise e aprovação das prestações de contas dos recursos oriundos de convênios, termo de ajuste, termo de responsabilidade, etc.;
- Acompanhamento junto a Caixa Econômica Federal e demais Órgãos da Administração Pública Federal e Estadual de todos os convênios, contratos de repasses, termos de ajuste, termos de responsabilidade, termos de compromisso e instrumentos similares;
- Acompanhamento sistemático da situação do Município junto ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC do Tesouro Nacional e junto ao Sistema de Acompanhamento de Contratos e Convênios - SACC e Sistema de Convênios e Congêneres do Estado de Pernambuco / Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado.

4. DA QUALIFICAÇÃO DOS CONSULTORES E ASSESSORES:

A empresa deverá contar em seu quadro de pessoal de profissionais capacitados e com larga experiência para realizar o trabalho, bem como dispor de todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços; Cabe a empresa assumir as despesas necessárias ao cumprimento da prestação de serviços, principalmente as decorrentes de viagens, locomoção e hospedagem de seus profissionais ao Município e a qualquer outro destino que se julgar necessário;

5. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A contratação dos serviços objeto dessa solicitação será regida pelas determinações contidas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, aplicando-se, subsidiariamente, os princípios gerais de Direito Administrativo e Administração Pública.

Ressaltamos também a complexidade das exigências constitucionais e legais aplicáveis aos municípios, notadamente a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF) e das exigências contábeis da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

6. DA INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

A contratação poderá ser regida pelas determinações contidas na Lei nº 10.520/2002 e Decreto Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 – **Pregão Eletrônico**.

7. DOS LOCAIS E FORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

- O serviço será executado principalmente à Controladoria Municipal através da Gerência de Convênios, Projetos e Contratos de Repasses de Itapissuma, cito à Rua Manoel Lourenço, 16 - Centro- Itapissuma/PE, quando da consultoria presencial.
- O serviço será executado de segunda a sexta feira, nos horários de 08h00min as 16h00min obedecendo ao cronograma estabelecido pela Contratante, bem como remotamente através de e-mail, telefone e outros meios de comunicação.

8. DO PRAZO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

O prazo para contratação do objeto dessa solicitação será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do contrato, atendendo as necessidades da contratante, através da emissão do termo de recebimento e aceitação de contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme art. 57, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

9.1 Obrigações da CONTRATADA:

- Designar profissionais devidamente qualificados para prestar os serviços objeto do contrato.



- Assegurar visita semanal, da equipe técnica da empresa ao Município, para prestar os serviços ou comparecer sempre que solicitado, manter acompanhamento remoto e ficar à disposição permanente para orientar e responder consultas;
- Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Prefeitura para a execução das visitas;
- Executar os serviços dentro dos prazos ajustados, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- Conduzir os trabalhos de acordo com as boas normas técnicas, em correta observância à legislação federal, estadual e municipal, vigentes ou futuras, e a quaisquer ordens ou determinações do poder público.
- Executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, observando os prazos acordados.
- Manter o município informado a respeito do objeto contratado, elaborando relatórios ou específicos, estes quando solicitados expressa e extraordinariamente pela contratante, com informações atualizadas sobre todas as demandas e sob o seu patrocínio, entregando-os, mediante contra recibo, ao administrador/gestor do contrato;
- Não se pronunciar a imprensa em geral, acerca de quaisquer assuntos relativos às atividades a se demandadas e da sua atividade profissional contratada, bem como quanto aos processos em que for a contratante interessada, exceto quando formalmente autorizado;
- Fornecer o serviço, rigorosamente de conformidade com todas as condições e prazos estipulados neste Termo de Referência;
- Assumir todas as despesas relativas à pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletiva, tributos, seguros, taxas e serviços, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante;
- Manter-se em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal e com a previdência social.

9.2 Obrigações da **CONTRATANTE**:

- Propiciar acesso e condições para que a empresa possa prestar os serviços discriminados neste Termo de Referência, inclusive a obtenção de dados e informações de períodos anteriores;
- Realizar o pagamento dos serviços efetivamente prestados, em parcelas mensais, após regular liquidação, na data do vencimento;
- Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação da execução dos serviços;
- Colocar a disposição da Contratada toda a documentação necessária para a perfeita execução dos serviços solicitados.
- Disponibilizar a infraestrutura de material, equipamentos e pessoal de apoio nas diligências de trabalho necessária ao bom desempenho dos serviços contratados;
- Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento.
- Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de um Servidor ou Comissão especialmente designada.

10. DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO E CUSTOS:

Os preços propostos deverão ser compostos de tal maneira que representem a compensação integral pela execução dos serviços, cobrindo todos os custos de mão-de-obra, transportes, alimentação, lucros, encargos fiscais e parafiscais, despesas diretas e indiretas, bem como aquelas indispensáveis para proporcionar e manter o andamento dos trabalhos.

11. DA FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado a um prazo de até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da entrega dos serviços. O mesmo será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.



A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada ao responsável pelo recebimento do serviço, o qual terá o prazo máximo de 05 dias úteis da apresentação para atestar o cumprimento pela empresa das obrigações contratuais. Após análise o responsável emitirá Aceite e encaminhará para fins de pagamento.

Para efetivação do pagamento é obrigatória a apresentação de todas as Certidões de regularização fiscal, devidamente atualizadas.

O pagamento fica condicionado ao atendimento de todas as condições de habilitação no que diz respeito à regularidade fiscal, por parte da licitante.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Os recursos financeiros para pagamento dos serviços correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 35101 – Secretaria Especial de Controle Interno

ATIVIDADE: 0412435012.104 – Assessoramento, Supervisão e Coordenação das Ações de Controle

Natureza da Despesa: 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

Fontes: 500.000

Conforme solicitação da Secretaria **SECI** - Ofício CG Nº 22//2022.

Itapissuma, 28 de julho de 2022.

Elaborado por:

Eva Maria da Silva
Assessora Administrativa
Mat: 000733

Ciente:

Ronaldo Henrique da Silva
Controlador Municipal



CONVITE Nº 017/2022 PROCESSO Nº 267/2022

ANEXO – II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ACESSORIA TÉCNICA PARA SUBSIDIAR O PODER EXECUTIVO E A GERENCIA DE CONVENIOS E CONTRATOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSO, ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIO A SEREM FIRMADOS COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, INCLUSIVE CONTRATOS DE REPASSE.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QT D	VALOR	V. TOTAL
1	Serviço de Consultoria e Assessoria técnica para subsidiar o poder executivo municipal e a Gerência de Convênios e Contratos na captação de recursos, acompanhamento e elaboração de prestação de contas de convênio a serem firmadas com o Governo Federal e estadual, inclusive contratos de Repasse.	MÊS	12	R\$ 3.777,78	R\$ 45.333,36



**ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA PADRÃO**

**PROCESSO Nº 213/2021
CONVITE Nº 023/2021**

Denominação da Proponente:

Endereço:

Cidade: Fone: Fax:

CEP: CNPJ nº: Data:

- a) *O objeto desta licitação é a* **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TECNICA PARA SUBSIDIAR O PODER EXECUTIVO E A GERENCIA DE CONVENIOS E CONTRATOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSO, ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIO A SEREM FIRMADOS COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, INCLUSIVE CONTRATOS DE REPASSE.**

- b) Proposta de Preços

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

TOTAL GERAL R\$ -----(-----).

a-) Prazo de Entrega: de imediato, durante o presente exercício.

b-) Validade da proposta (mínimo 60 dias): _____

Declaro, sob as penas da lei, que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo I do Edital.

Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos pela proponente na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguros, combustíveis, operadores, frete, montagens e desmontagens e lucro.

Itapissuma/PE. _____ de _____ de 2022.

**Nome do Representante Legal:
Assinatura do Representante Legal**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 017/2022– PROCESSO Nº 267/2022

ANEXO – IV – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA E A EMPRESA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA PARA SUBSIDIAR O PODER EXECUTIVO E A GERENCIA DE CONVENIOS E CONTRATOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSO, ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIO A SEREM FIRMADOS COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, INCLUSIVE CONTRATOS DE REPASSE.

O MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.08.637.399/0001-28, com sede localizada à Rua Manoel Lourenço, 16 – Centro – Itapissuma-PE, CEP 53.700-000, neste ato representado por seu Secretário o Senhor **RONALDO HENRIQUE DA SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxx e do RG xxxxxx, residente xxxxxxx, xxxx, xxxxxx, xxxxxxx; doravantedenominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: _____, Pessoa Jurídica/ Pessoa Física de direito privado, inscrita no CPF - CNPJ/MF sob o nº. _____, com sede na _____, neste ato representado por _____, portador da cédula de identidade nº. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº. _____, residente na _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

Fundamenta-se o presente instrumento na licitação realizada sob a modalidade de CONVITE Nº **017/2022**, tipo menor preço “global” elaborada pela Comissão Permanente de Licitação CPL, instituída por meio da **Portaria nº 002/2022**, datada de **04.01.2022**, regida pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, cujo edital e principalmente a proposta da contratada integra o presente termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA PARA SUBSIDIAR O PODER EXECUTIVO E A GERENCIA DE CONVENIOS E CONTRATOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSO, ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIO A SEREM FIRMADOS COM O GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, INCLUSIVE CONTRATOS DE REPASSE, conforme especificações consagradas no Anexo I e firmadas na proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1. O valor do presente contrato é de R\$(.....), conforme planilha abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

3.1. A **CONTRATADA** fica obrigada a iniciar a entrega do objeto desta licitação no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após o recebimento da nota de empenho, no endereço da Controladoria



Geral, em dia e horário de expediente, conforme quantitativo solicitado.

CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL

- 4.1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do **Convite nº 017/2022** realizado com fundamento na Lei nº. 8.666/93, e alterações posteriores.
- 4.2. O fornecimento dos objetos desta licitação foi adjudicado em favor da **CONTRATADA**, conforme despacho do Secretário de Turismo do Município de Itapissuma, exarado no **PROCESSO Nº 267/2022**.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 5.1. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

- 6.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado por igual período, na hipótese do Art.57, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante a celebração de termo aditivo e respeitando-se a programação orçamentária, atendendo ao disposto na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1. Caberá ao **CONTRATANTE**:
- a) Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela **licitante vencedora**;
 - b) Impedir que terceiros executem o fornecimento do objeto exigido pelo presente Convite;
 - c) Supervisionar o fornecimento do material por intermédio da Secretaria requisitante;
 - d) Exigir o fornecimento do objeto desta licitação de acordo com as especificações constantes no Anexo I;
 - e) Efetuar o pagamento de acordo com o quantitativo fornecido e aceito pela Secretaria requisitante e em conformidade com o cronograma da Secretaria de Finanças mediante atesto na nota fiscal.
 - f) Propiciar acesso e condições para que a empresa possa prestar os serviços discriminados neste Termo de Referência, inclusive a obtenção de dados e informações de períodos anteriores;
 - g) Realizar o pagamento dos serviços efetivamente prestados, em parcelas mensais, após regular liquidação, na data do vencimento;
 - h) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação da execução dos serviços;
 - i) Colocar a disposição da Contratada toda a documentação necessária para a perfeita execução dos serviços solicitados.
 - j) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento.
 - k) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de um Servidor ou Comissão especialmente designada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Caberá à **CONTRATADA**:
- a) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, como salários, seguros de acidentes, indenizações, taxas, impostos, contribuições, vales-refeição, vales-transporte e outras que, porventura, venham a ser



- criadas e exigidas pelo Governo;
- b) Responder pelos danos causados diretamente ao Município de Itapissuma ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega, ao objeto deste Convite, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município de Itapissuma;
 - c) Fornecer o objeto desta licitação de boa qualidade, boas características, atendendo a legislação legal aplicável ao objeto licitado;
 - d) Substituir, no prazo de até 48(quarenta e oito) horas, o objeto licitado considerado inadequado, avariado, fora do prazo de validade ou incompatível com as especificações do Anexo I;
 - e) Arcar com despesa decorrente de qualquer infração seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega do objeto deste **Convite**;
 - f) Comunicar ao **Município de Itapissuma**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
 - g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste **Convite**;
 - h) Comunicar à administração do **Município de Itapissuma**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
 - i) Fornecer o objeto desta licitação de acordo com as especificações consagradas no Anexo I deste Convite
 - j) Designar profissionais devidamente qualificados para prestar os serviços objeto do contrato.
 - k) Assegurar visita semanal, da equipe técnica da empresa ao Município, para prestar os serviços ou comparecer sempre que solicitado, manter acompanhamento remoto e ficar à disposição permanente para orientar e responder consultas;
 - l) Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Prefeitura para a execução das visitas;
 - m) Executar os serviços dentro dos prazos ajustados, cumprindo os horários estabelecidos para atendimento, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
 - n) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
 - o) Conduzir os trabalhos de acordo com as boas normas técnicas, em correta observância à legislação federal, estadual e municipal, vigentes ou futuras, e a quaisquer ordens ou determinações do poder público.
 - p) Executar os serviços com diligência e com o mais alto padrão de qualidade, observando os prazos acordados.
 - q) Manter o município informado a respeito do objeto contratado, elaborando relatórios ou específicos, estes quando solicitados expressa e extraordinariamente pela contratante, com informações atualizadas sobre todas as demandas e sob o seu patrocínio, entregando-os, mediante contra recibo, ao administrador/gestor do contrato;
 - r) Não se pronunciar a imprensa em geral, acerca de quaisquer assuntos relativos às atividades a se demandadas e da sua atividade profissional contratada, bem como quanto aos processos em que for a contratante interessada, exceto quando formalmente autorizado;
 - s) Fornecer o serviço, rigorosamente de conformidade com todas as condições e prazos estipulados neste Termo de Referência;
 - t) Assumir todas as despesas relativas à pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletiva, tributos, seguros, taxas e serviços, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante;
 - u) Manter-se em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal e com a previdência social.
 - v) Disponibilizar a infraestrutura de material, equipamentos e pessoal de apoio nas diligências de trabalho necessária ao bom desempenho dos serviços contratados;



CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS.

9.1. À **CONTRATADA** caberá ainda:

- a) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;
- b) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento do produto, ainda que acontecido em alguma dependência do **CONTRATANTE**;
- c) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do produto;
- d) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste **CONTRATO**.

9.2. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem poderá onerar o objeto deste **Contrato**, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

10.1. É expressamente proibida, por parte da **CONTRATADA**, durante a execução deste contrato, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do **CONTRATANTE**.

10.2. A **CONTRATADA** fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto deste contrato, salvo se houver prévia autorização da administração do **CONTRATANTE**.

10.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO LOCAL DE ENTREGA DOS OBJETOS DESTA LICITAÇÃO

11.1. A entrega do objeto deste contrato deverá ser realizada no endereço da Controladoria Geral, no horário 07:00 as 13:00 de expediente normal:

- **Controladoria Geral de Itapissuma**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS DESTA LICITAÇÃO

12.1. O recebimento do objeto desta licitação deverá ser efetuado por um servidor designado pela Secretaria solicitante, devendo ser analisado as especificações e quantidades consagradas no Anexo I da Carta Convite.

12.2. O objeto desta licitação deverá ser recebido e aceita da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado da entrega na Controladoria Geral e, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as especificações técnicas;
- b) Definitivamente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após a entrega do objeto desta licitação e verificação da conformidade e conseqüente aceitação.

12.3. Dentro de **03 (três) dias úteis**, contados da data de recebimento provisório do objeto desta licitação, a fiscalização designada pela Controladoria Geral atestará a aceitação dos produtos recebidos e emitirá o recibo definitivo ou solicitará a substituição dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DOS SERVIÇOS



- 13.1. Será verificada a conformidade do objeto desta licitação em relação à especificação constante na Carta Convite e seus Anexos.
- 13.2. Verificada a não conformidade do objeto desta licitação, a **CONTRATADA** deverá promover a substituição do mesmo no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, sujeitando-se às penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 14.1. A Controladoria Geral, indicará servidor para acompanhar a execução do contrato, que atestará o recebimento provisório e definitivo do produto fornecido.
- 14.2. O objeto será recebido:
- I - Provisoriamente por servidor designado pela Controladoria Geral e servidor da C.A.R.A. (Comissão de Acompanhamento, Recebimento e Atesto), para verificação da conformidade do fornecimento com as especificações exigidas pelo CONTRATANTE;
 - II - Definitivamente pela Controladoria Geral e servidor da C.A.R.A. (Comissão de Acompanhamento, Recebimento e Atesto), após 2 (dois) dias úteis do recebimento provisório, depois de confirmadas as quantidades e a compatibilidade das especificações constantes na proposta apresentada, e sua consequente aceitação
- 14.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 14.4. Caso o objeto fornecido não esteja de acordo com os termos da proposta apresentada, bem como não atenda ao contido no contrato, será rejeitado, caso em que terá a CONTRATADA o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pelo CONTRATANTE, para sanar os problemas detectados e, se for o caso, substituir o objeto. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 14.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas das Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 14.6. Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O representante do CONTRATANTE, sob pena de responsabilização administrativa, registrará em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.
- 14.7. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ATESTAÇÃO

- 15.1. A atestação da fatura referente ao fornecimento dos produtos caberá à Secretaria contratante, através de servidor designado para esse fim, devendo constar à data, matrícula e assinatura do servidor. Assim como ser devidamente supervisionado pela CARA (Comissão de Acompanhamento, Recebimento e Atesto), regulamentada através do Decreto Municipal nº 023/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DESPESA



- 16.1. As despesas em decorrência do objeto deste contrato correrão no exercício de 2022 por conta da seguinte dotação orçamentária:

Modalidade de Empenho: xxxxx

Orgão: 35000 – Secretaria Especial de Controle Interno
 0412435012104 – Assessoramento, Supervisão e Cood. Das Ações de Controle
Natureza de despesa: 339035 – Serviços de Consultoria. **Cod .** 898
Fonte: 500.000

Nota de Empenho: XXXXXX, de XX/XX/2022

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, (conforme cronograma de pagamentos da Secretaria de Finanças), após o recebimento definitivo dos produtos, condicionados, todavia, à juntada simultânea dos seguintes documentos:
- I. Nota fiscal eletrônica da CONTRATADA devidamente atestada por servidor designado pela Controladoria Geral;
 - II. Certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes e FGTS;
 - III. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal nº 12.440/2011;
 - IV. Termo de recebimento definitivo.
- 17.2. Qualquer atraso na apresentação da nota fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.
- 17.3. O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.
- 17.4. As normas relativas ao processamento da despesa pública exigem que a liquidação e o pagamento sejam efetivados exclusivamente em favor da CONTRATADA, devidamente identificada pelo número de inscrição no CNPJ constante deste contrato.
- 17.5. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 18.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, desde que haja interesse da administração do **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES

- 19.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a administração do **CONTRATANTE** poderá garantir a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
- a) Advertência;
 - b) Multa pelo valor de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), em caso de atraso injustificado na execução do fornecimento. Uma vez atingido este valor máximo, o **CONTRATANTE** poderá decidir pelo cancelamento do mesmo;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 19.2. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela administração do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades



mencionadas.

- 19.3.** As sanções de **advertência, suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a **Administração do CONTRATANTE**, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **Administração Pública** poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com a de **multa**, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.4.** O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste contrato.
- 19.5.** Além das penalidades citadas, a **CONTRATADA** ficará sujeita no que couber às demais penalidades da lei.
- 19.6.** Fica facultado a defesa prévia da **CONTRATADA** em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 2 (dois) dias corridos, contados da intimidação do ato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO

- 20.1.** A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 20.1.1** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 20.2.** A rescisão deste contrato poderá ser:
- a)** Determinada por ato unilateral e escrito da administração do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de **30 (trinta) dias**;
- b)** Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a administração do **CONTRATANTE**;
- c)** Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 20.3.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Observação:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

- 21.1.** Este contrato fica vinculado ao **Convite nº 017/2021- Processo nº 267/2022**.
- 21.2.** São partes integrantes deste contrato o **Convite nº 017/2022** e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

- 22.1.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo Foro da Comarca do Itapissuma, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 22.2.** E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Itapissuma, _____ de _____ de 20

PELA CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
SECRETÁRIO DE XXXXXXXXXXXXX

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPISSUMA

CNPJ: 08.637.399/0001-28

RUA MANOEL LOURENÇO, 16 – CENTRO – ITAPISSUMA/PE – CEP 53.700-000

FONE: 81 3548-1647 / 81 3548-1156

**PELA CONTRATADA**

Testemunhas:

C.P.F. nº:

Representante Legal - Contratada

C.P.F. nº: